26 de fevereiro de 2021

Inquérito Rápido e Excecional às Empresas – COVID-19

1ª quinzena de fevereiro de 2021

COMO SE REFLETIU A SITUAÇÃO DE CONFINAMENTO NA ATIVIDADE DAS EMPRESAS?

- Na 1ª quinzena de fevereiro de 2021, 92% das empresas estavam em produção ou funcionamento, mesmo que parcialmente.
- 62% das empresas registaram uma redução no volume de negócios face ao mesmo período do ano anterior, antes dos efeitos da pandemia.
- Admitindo o controlo efetivo da pandemia em 2021, 32% das empresas consideram que o volume de negócios voltará ao normal num intervalo médio de 10,1 meses. 10% das empresas consideram que não vão voltar ao nível normal.
- 67% das empresas registaram um volume de negócios, na 1ª quinzena de fevereiro, igual ou superior ao registado durante o primeiro confinamento (1ª quinzena de abril de 2020).
- Entre 5% a 24% das empresas respondentes beneficiam atualmente de cada uma das medidas de apoio governamentais, sendo que destas, a grande maioria considera-as muito importantes para a sua situação de liquidez.
- Nas circunstâncias atuais e na ausência de medidas adicionais de apoio, 68% das empresas estimam conseguir permanecer em atividade por um período superior a seis meses.
- Na ausência de medidas de apoio desde o início da pandemia, 10% das empresas não se encontrariam em funcionamento e 25% das empresas ter-se-iam mantido em atividade apenas com alguma probabilidade.

O Instituto Nacional de Estatística (INE) e o Banco de Portugal (BdP) lançaram, em abril de 2020, o Inquérito Rápido e Excecional às Empresas – COVID-19 (COVID-IREE), baseado num questionário de resposta rápida, com o objetivo de identificar alguns dos principais efeitos da pandemia COVID-19 na atividade das empresas. O inquérito começou por ter uma frequência semanal, tendo passado a quinzenal no mês de maio de 2020. Atendendo à evolução das restrições à atividade económica decorrentes da pandemia COVID-19, o questionário esteve suspenso entre agosto e outubro de 2020, tendo sido realizada uma edição pontual em novembro de 2020. Face ao surgimento da terceira vaga da pandemia e o consequente recolhimento obrigatório imposto a 15 de janeiro de 2021, o INE e o BdP decidiram realizar uma nova edição do inquérito, com um conjunto

ine.pt | Serviço de Comunicação e Imagem - tel: + 351 21 842 61 10 | sci@ine.pt

reformulado de questões, visando reavaliar a situação das empresas. A recolha relativa a esta edição decorreu na semana de 12 a 21 de fevereiro de 2021. Esta nova edição incluiu algumas questões para comparar a situação das empresas neste novo período de confinamento com o que ocorreu em abril do ano passado, visando avaliar em que medida poderá ter existido um efeito de aprendizagem na forma como lidar com o reeditar de restrições à mobilidade (ver caixa seguinte).

Os resultados deste inquérito referem-se exclusivamente às empresas respondentes (cerca de 5,5 mil)[1]. Estas empresas integram-se numa amostra representativa subjacente ao cálculo dos índices de volume de negócios setoriais mensalmente publicados pelo INE. Para mais informação recomenda-se a leitura da nota técnica no final deste destaque.

O INE e o Banco de Portugal agradecem uma vez mais a cooperação das empresas neste momento difícil que o país atravessa.

RESUMO DA SITUAÇÃO DAS EMPRESAS NA 1ª QUINZENA DE FEVEREIRO DE 2021 FACE AO PRIMEIRO CONFINAMENTO (1ª QUINZENA DE ABRIL DE 2020):

- 92% das empresas estavam em produção ou funcionamento na 1ª quinzena de fevereiro, o que compara com 82% no primeiro confinamento (+10 p.p.).
- 62% das empresas registaram uma redução no volume de negócios na 1ª quinzena de fevereiro (face ao registado no mesmo período do ano anterior), o que compara com 81% no primeiro confinamento (-19 p.p.).
- 43% das empresas registaram um volume de negócios, na 1ª quinzena de fevereiro, igual ao do primeiro confinamento e 24% acima do registado no primeiro confinamento.
- 68% das empresas estimam conseguir permanecer em atividade por um período superior a seis meses, na ausência de medidas adicionais de apoio e nas circunstâncias atuais, o que compara com 25% no primeiro confinamento (+43 p.p.).
- 38% das empresas registaram uma redução no pessoal efetivamente a trabalhar na 1ª quinzena de fevereiro, o que compara com 60% no primeiro confinamento (-22 p.p.).
- 58% das empresas tinham um número de trabalhadores em *layoff*/apoio à retoma progressiva, na 1ª quinzena de fevereiro, igual ao do primeiro confinamento, 23% superior e 18% inferior ao do primeiro confinamento.
- 72% das empresas tinham um número de trabalhadores em teletrabalho, na 1ª quinzena de fevereiro, igual ao do primeiro confinamento e 17% superior ao do primeiro confinamento.

[1] Número de respostas válidas até ao final do dia 21 de fevereiro de 2021, correspondendo a uma taxa de resposta de 62,8%.

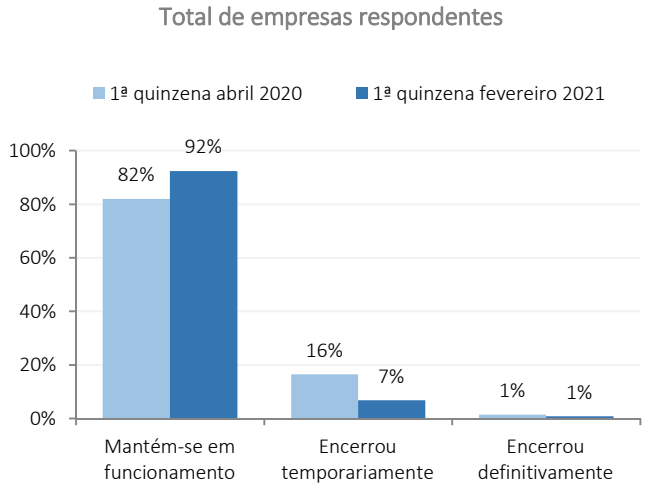
I. ANÁLISE DA SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA DAS EMPRESAS

Situação das empresas na primeira quinzena de fevereiro de 2021

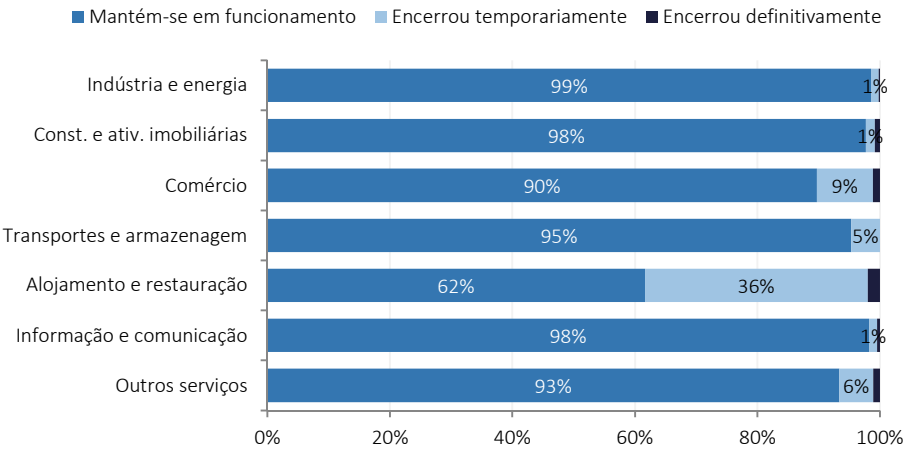
92% das empresas estavam em funcionamento na 1ª quinzena de fevereiro de 2021

- 92% das empresas respondentes mantinham-se em produção ou em funcionamento, mesmo que parcialmente, na primeira quinzena de fevereiro de 2021 (+10 p.p. que no primeiro confinamento, na primeira quinzena de abril de 2020).
- A percentagem de empresas em funcionamento aumenta com a dimensão da empresa: 86% nas micro empresas e 98% nas grandes empresas.
- O setor do Alojamento e restauração apresenta a menor percentagem de empresas em funcionamento na primeira quinzena de fevereiro de 2021 (62%), com 36% das empresas encerradas temporariamente e 2% encerradas definitivamente.

Figura 1. Situação das empresas na 1ª quinzena de fevereiro de 2021, em % do total de empresas



Setor de atividade



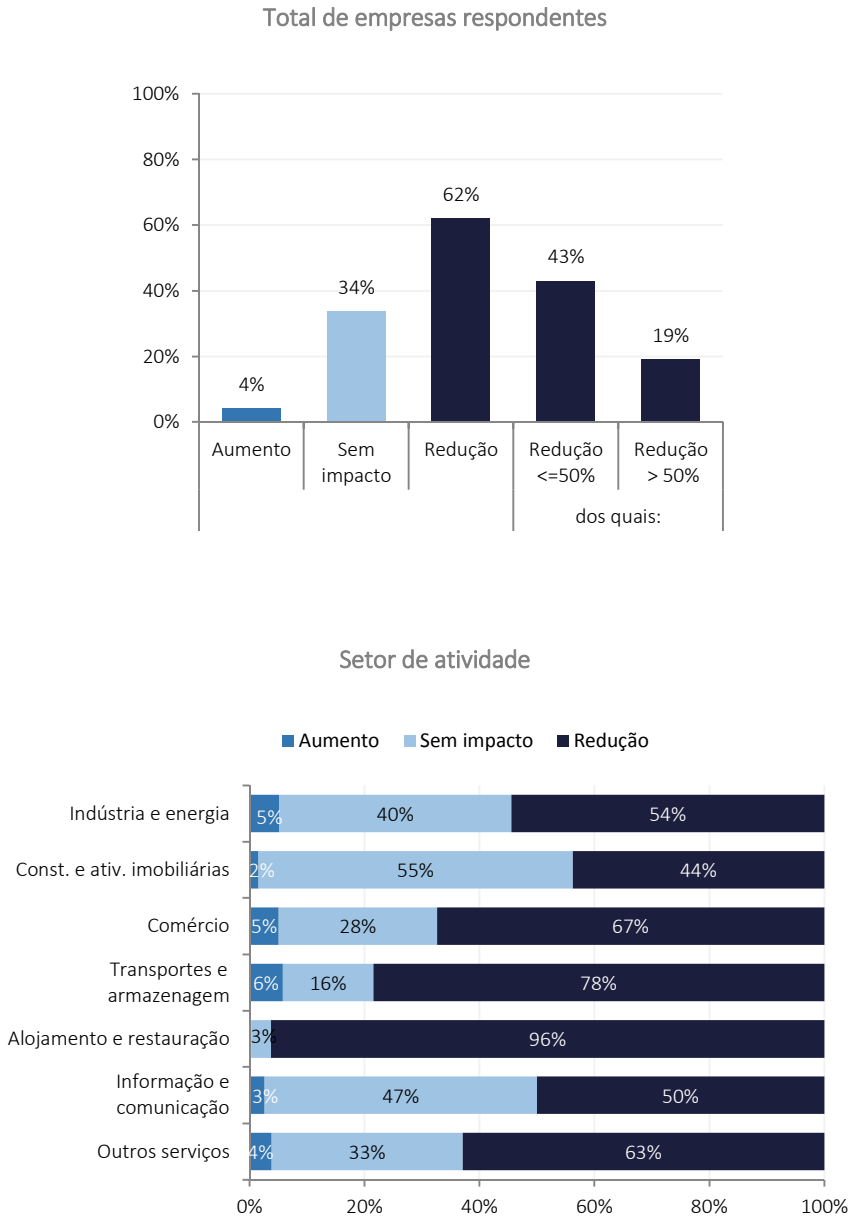
Fonte: INE e BdP, COVID-IREE

Impacto da pandemia COVID-19 no volume de negócios na primeira quinzena de fevereiro de 2021, face ao mesmo período do ano anterior, antes dos efeitos da pandemia

62% das empresas registaram uma redução no volume de negócios na 1ª quinzena de fevereiro de 2021

- 62% das empresas referiram uma redução no volume de negócios na primeira quinzena de fevereiro de 2021, face ao registado no mesmo período do ano anterior, antes dos efeitos da pandemia. Esta percentagem compara com 81% durante o primeiro confinamento, na primeira quinzena de abril de 2020. A redução foi superior a 50% para 19% destas empresas. Apenas 4% das empresas reportaram um aumento do volume de negócios, enquanto 34% referiram que esta variável se manteve inalterada.
- Os setores do Alojamento e restauração e dos Transportes e armazenagem concentraram as maiores percentagens de empresas a assinalar uma redução no volume de negócios, 96% e 78%, respetivamente. Em oposição, esta percentagem foi menor no setor da Construção e atividades imobiliárias (44%). Destaca-se a percentagem de empresas com reduções no volume de negócios superiores a 75% no setor do Alojamento e restauração (55%).

Figura 2. Impacto da pandemia COVID-19 no volume de negócios na 1ª quinzena de fevereiro de 2021, face ao mesmo período do ano anterior, antes dos efeitos da pandemia, em % do total de empresas em funcionamento ou temporariamente encerradas



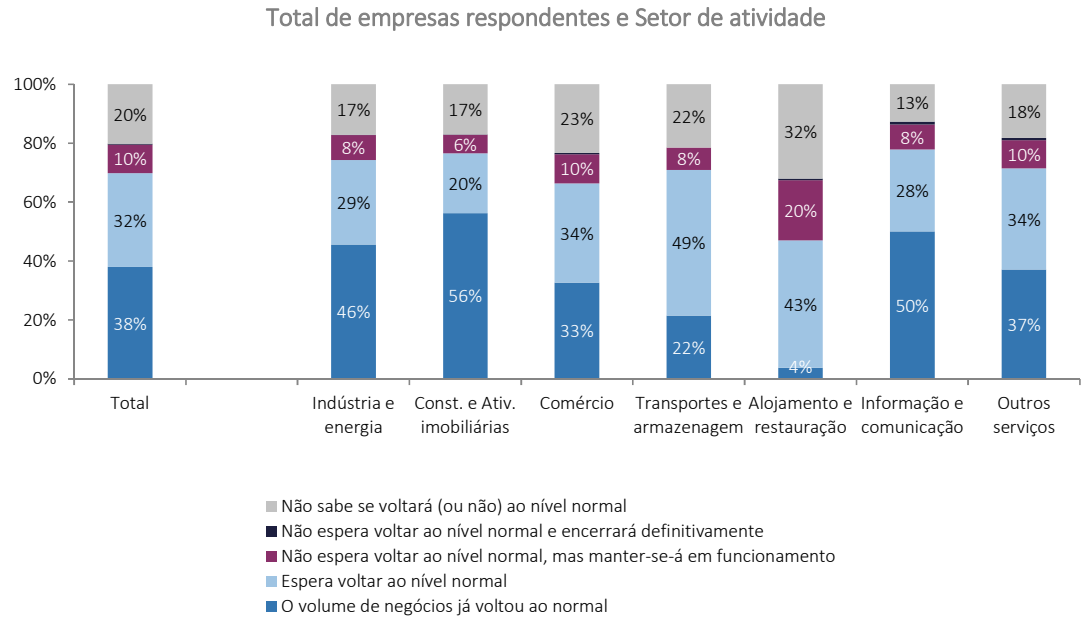
Fonte: INE e BdP, COVID-IREE

Avaliação do retorno do volume de negócios das empresas ao nível normal, admitindo o controlo efetivo da pandemia em 2021

Admitindo o controlo efetivo da pandemia em 2021, 32% das empresas consideram que o volume de negócios voltará ao normal num intervalo médio de 10,1 meses

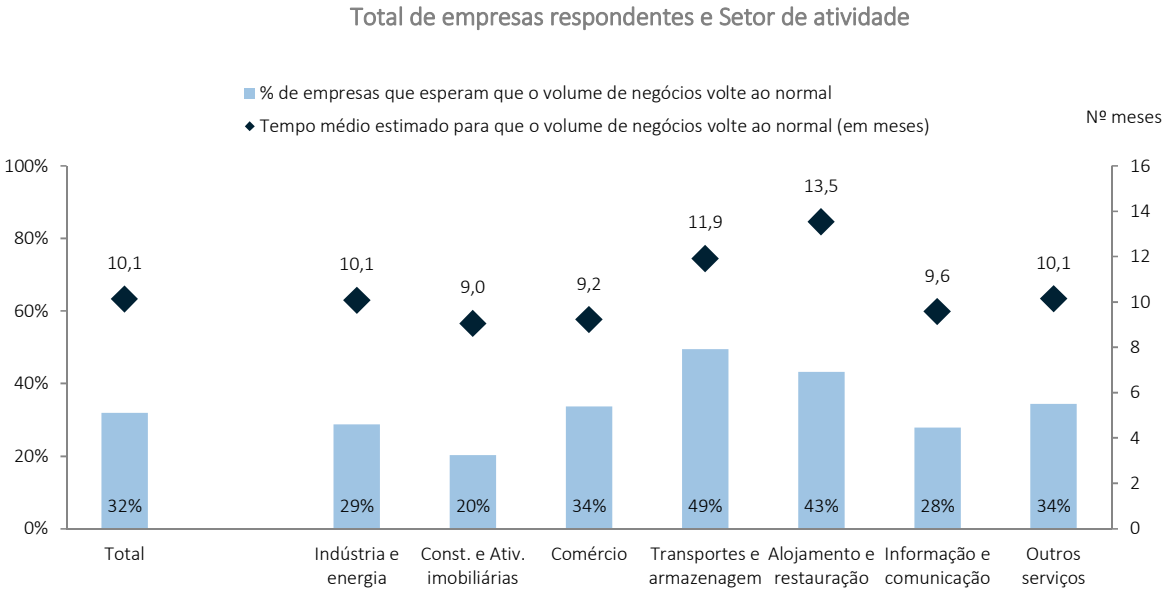
- 32% das empresas, as quais registaram uma redução do volume de negócios na primeira quinzena de fevereiro, estimam que este voltará ao normal admitindo o controlo efetivo da pandemia em 2021. Em média, estas empresas estimam que o retorno à normalidade ocorra num período médio de 10,1 meses. Existe, no entanto, elevada dispersão em torno desta média.
- 10% das empresas, as quais registaram uma redução do volume de negócios na primeira quinzena de fevereiro, não preveem o retorno à normalidade e 20% não conseguem antecipar se o seu volume de negócios voltará ou não ao nível normal (respostas "Não sabe/ não responde"). Recorde-se que para 38% das empresas o volume de negócios na primeira quinzena de fevereiro de 2021 já se situava em níveis iguais ou superiores aos registados no mesmo período do ano anterior, antes dos efeitos da pandemia.
- A percentagem de empresas com redução do volume de negócios que estimam que o volume de negócios voltará ao normal, admitindo um controlo efetivo da pandemia, aumenta com a dimensão da empresa, situando-se em 24% nas micro empresas e 40% nas grandes empresas. Em contraste, a proporção de empresas que não esperam regressar ao nível pré-pandemia, apesar de se manterem em funcionamento, varia entre 14% nas micro empresas e 6% nas grandes empresas.
- O setor do Alojamento e restauração apresenta a maior percentagem de empresas que, apesar de permanecerem em funcionamento, não esperam voltar ao nível normal de volume de negócios (20%). Admitindo o controlo efetivo da pandemia, as empresas deste setor são também as que, em média, necessitam de mais tempo para que a atividade regresse à normalidade (13,5 meses).

Figura 3.1. Retorno ao nível normal do volume de negócios admitindo o controlo efetivo da pandemia em 2021, em % do total de empresas em funcionamento ou temporariamente encerradas na primeira quinzena de fevereiro de 2021



Fonte: INE e BdP, COVID-IREE

Figura 3.2. Tempo estimado para que a atividade das empresas com redução no volume de negócios volte ao normal admitindo o controlo efetivo da pandemia em 2021, em nº médio de meses



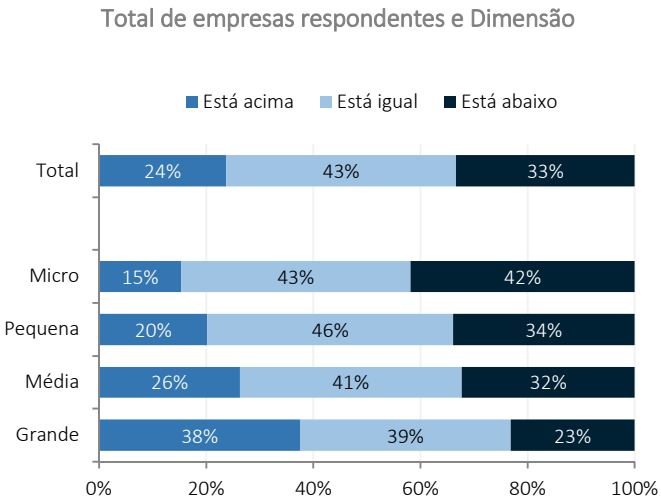
Fonte: INE e BdP, COVID-IREE

Comparação do volume de negócios na primeira quinzena de fevereiro de 2021 com o registado durante o primeiro confinamento (primeira quinzena de abril de 2020) e motivos subjacentes para a evolução

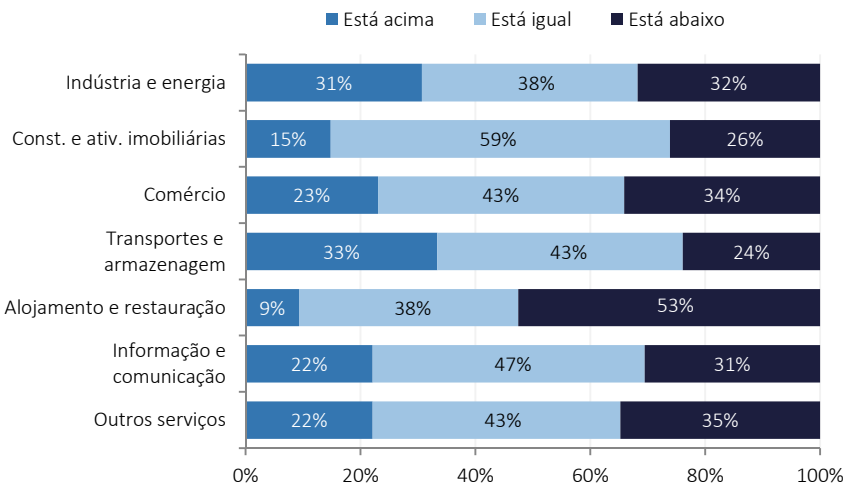
67% das empresas registaram um volume de negócios, na 1ª quinzena de fevereiro de 2021, igual ou superior ao registado durante o primeiro confinamento (1ª quinzena de abril de 2020)

- Na 1ª quinzena de fevereiro de 2021, 43% das empresas reportaram um volume de negócios igual ao registado durante o primeiro confinamento (1ª quinzena de abril de 2020) e 24% referiram estar acima. A percentagem de empresas em que o nível de volume de negócios se situou acima do registado no primeiro confinamento, aumenta com a dimensão da empresa: 15% nas micro empresas e 38% nas grandes empresas.

Figura 4. Comparação do volume de negócios na 1ª quinzena de fevereiro de 2021, face ao registado durante o primeiro confinamento (1ª quinzena de abril de 2020), em % do total de empresas em funcionamento ou temporariamente encerradas



Setor de atividade



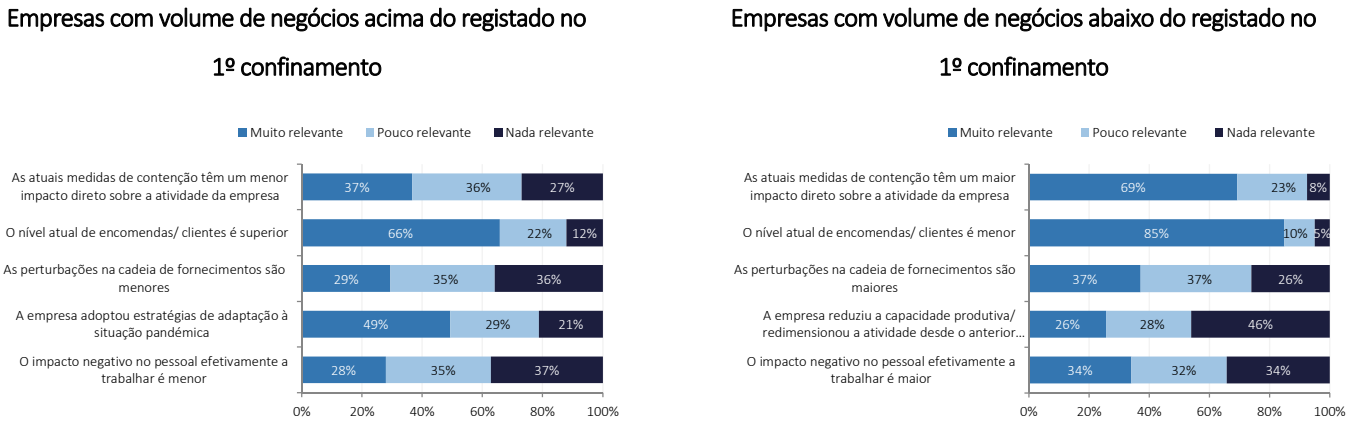
Fonte: INE e BdP, COVID-IREE

A evolução das encomendas/clientes foi o motivo apontado pelas empresas como o mais relevante para o volume de negócios se situar acima ou abaixo do observado durante o primeiro confinamento

- 66% das empresas com um volume de negócios, na primeira quinzena de fevereiro de 2021, acima do nível observado durante o primeiro confinamento, indicaram como motivo mais relevante para esta evolução o facto de o nível atual de encomendas/clientes ser superior. A adoção de estratégias de adaptação à situação pandémica foi considerado um motivo muito relevante por 49% das empresas.
- 85% das empresas com um volume de negócios, na primeira quinzena de fevereiro de 2021, abaixo do nível observado durante o primeiro confinamento, indicaram como motivo mais relevante para esta evolução o facto de o nível atual de encomendas/clientes ser inferior. 69% das empresas referiram como muito relevante o facto das atuais medidas de contenção terem um maior impacto direto sobre a atividade da empresa (no setor do Alojamento e restauração esta proporção situa-se em 94%).

Figura 5. Relevância dos motivos para o volume de negócios das empresas na 1ª quinzena de fevereiro de 2021 se situar acima ou abaixo face ao registado durante o primeiro confinamento (1ª quinzena de abril de 2020), em % do total de empresas em funcionamento ou temporariamente encerradas com um nível de volume de negócios acima ou abaixo do registado durante o primeiro confinamento

Total de empresas respondentes



Fonte: INE e BdP, COVID-IREE

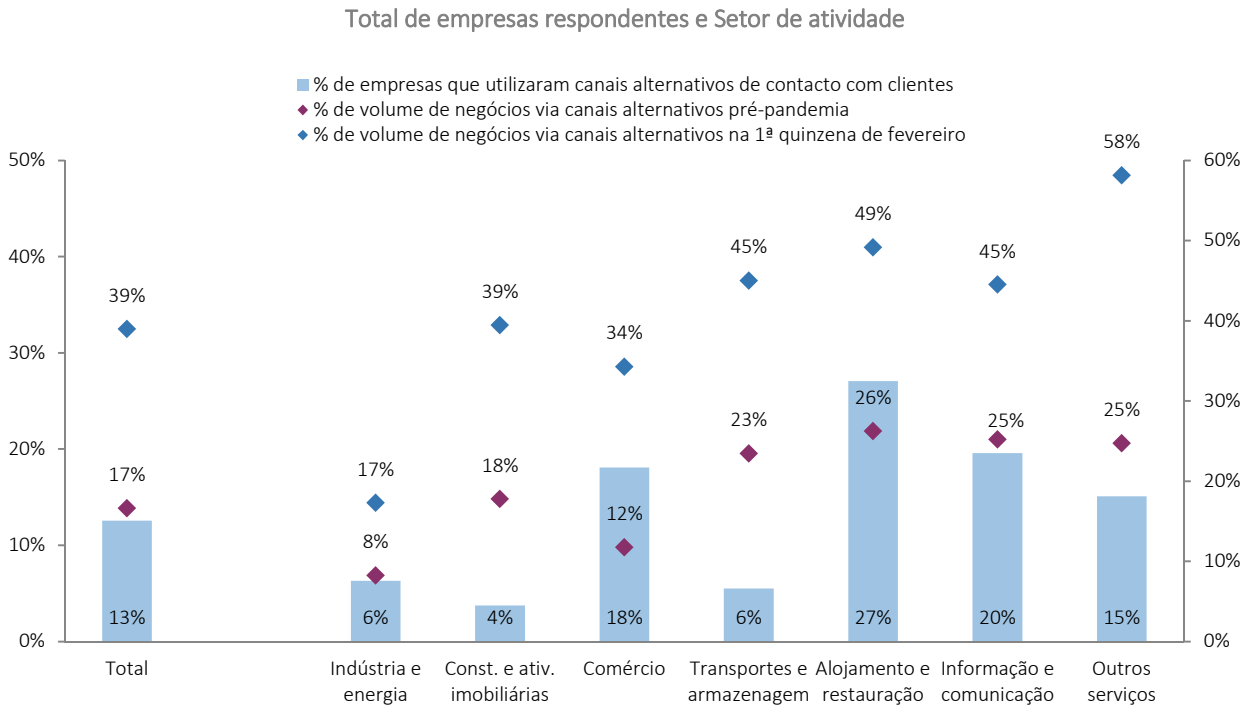
Volume de negócios gerado pelas empresas via canais alternativos de contacto com clientes (vendas *online*/*takeaway*/entregas ao domicílio/prestação remota de serviços)

Apenas 13% das empresas utilizaram canais alternativos de contacto com clientes durante a 1ª quinzena de fevereiro de 2021

- 13% das empresas utilizaram canais alternativos durante a primeira quinzena de fevereiro de 2021. Para estas empresas, o peso médio do volume de negócios gerado via canais alternativos aumentou de 17% antes da pandemia para 39% durante este período.
- Em contraste, 61% das empresas não utilizaram canais alternativos de contacto com clientes porque a sua atividade não o permite, destacando-se as empresas dos Transportes e armazenagem (83%). 26% das empresas não utilizaram canais alternativos por outros motivos.

- O setor do Alojamento e restauração concentrou a maior percentagem de empresas a utilizar canais alternativos de contacto com o cliente (27%), seguido pelos setores de Informação e comunicação (20%), Comércio (18%) e Outros serviços (15%). Nos Outros serviços a percentagem de volume de negócios gerado via canais alternativos durante a primeira quinzena de fevereiro de 2021 atingiu os 58%, no Alojamento e restauração os 49% e nos Transportes e armazenagem e Informação e comunicação os 45%.

Figura 6. **Volume de negócios gerado pelas empresas via canais alternativos, em % do total de empresas em funcionamento ou temporariamente encerradas e em % do volume de negócios antes da pandemia e na 1ª quinzena de fevereiro de 2021**



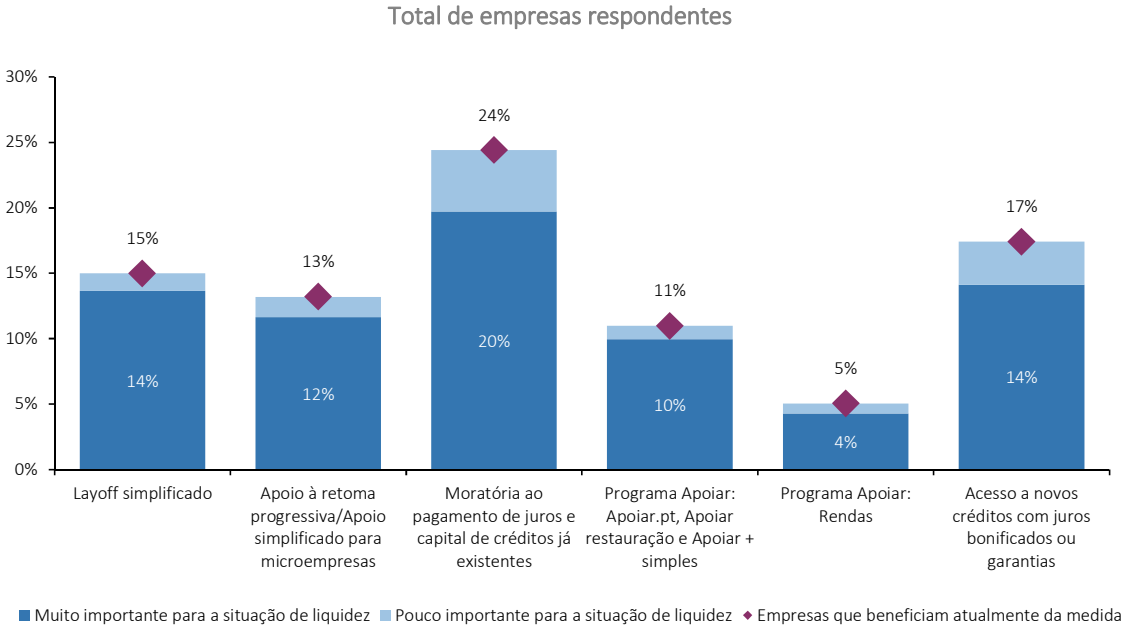
Fonte: INE e BdP, COVID-IREE

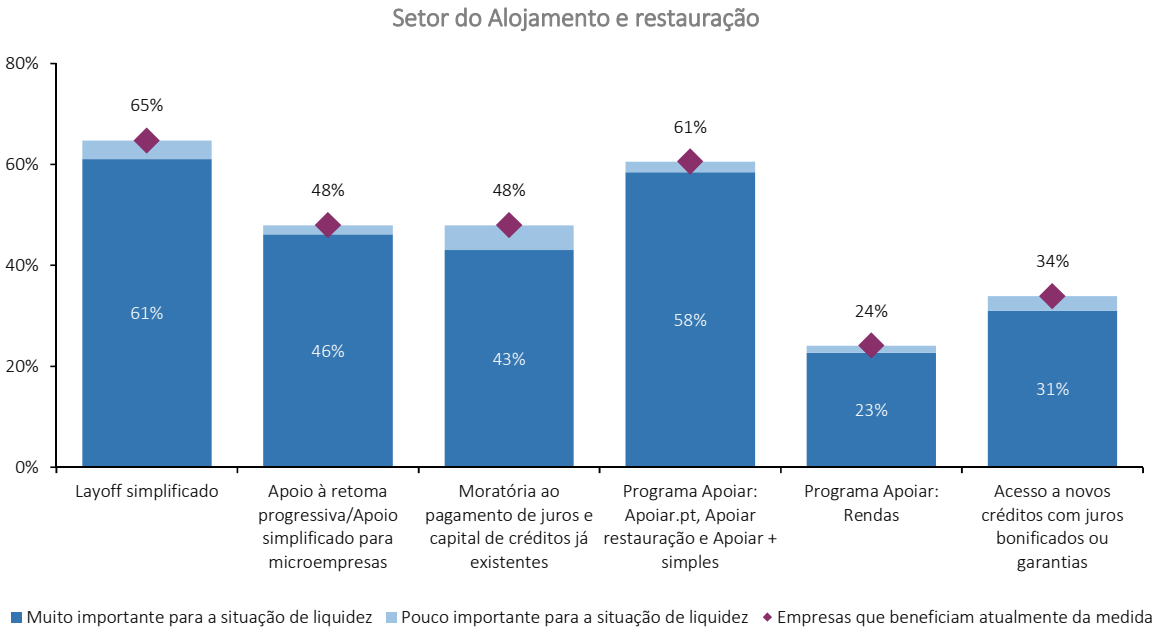
Recurso às medidas de apoio apresentadas pelo Governo devido à pandemia COVID-19 e avaliação da sua importância para a situação de liquidez das empresas

Entre 5% a 24% das empresas respondentes beneficiam atualmente de cada uma das medidas de apoio governamentais, sendo que destas, a grande maioria considera-as muito importantes para a sua situação de liquidez

- 24% das empresas beneficiam atualmente da moratória ao pagamento de juros e capital de créditos já existentes. O acesso a novos créditos com juros bonificados ou garantias foi referido por 17% das empresas, enquanto 15% recorreram ao *layoff* simplificado. A grande maioria das empresas que beneficiam das medidas avaliou-as como muito importantes para a sua situação de liquidez.
- O Alojamento e restauração é o setor com a percentagem mais elevada de empresas a beneficiarem atualmente de cada uma das medidas de apoio, destacando-se o *layoff* simplificado (65%) e o Programa Apoiar: Apoiar.pt, Apoiar restauração e Apoiar + simples (61%).

Figura 7. **Recurso às medidas de apoio do Governo devido à pandemia COVID-19 e importância para a situação de liquidez das empresas, em % do total de empresas em funcionamento ou temporariamente encerradas**





Fonte: INE e BdP, COVID-IREE

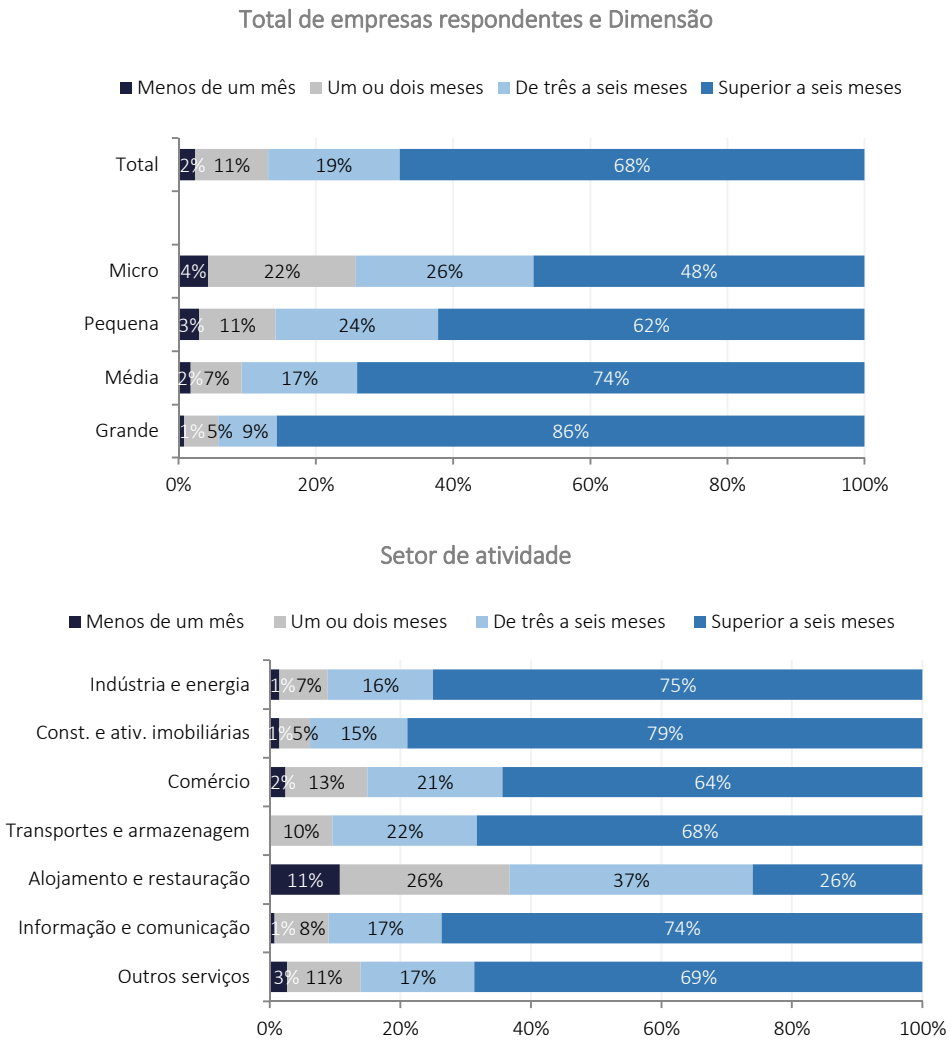
Tempo estimado de subsistência das empresas na ausência de medidas adicionais de apoio

68% das empresas estimam conseguir permanecer em atividade por um período superior a seis meses nas circunstâncias atuais e assumindo a ausência de medidas adicionais de apoio

- Na ausência de medidas adicionais de apoio e nas circunstâncias atuais, 2% das empresas estimam conseguir permanecer em atividade durante menos de um mês, 11% entre um a dois meses, 19% entre três a seis meses e 68% por um período superior a seis meses. Esta percentagem de empresas que reportam conseguir subsistir por mais de seis meses é superior à registada no período do anterior confinamento, na primeira quinzena de abril de 2020 (25%).
- A percentagem de empresas que estimam conseguir permanecer em atividade por um período superior a seis meses cresce com a dimensão: 48% nas micro empresas e 86% nas grandes empresas. Na ausência de medidas adicionais de apoio, 26% das microempresas estimam conseguir permanecer em atividade por um período inferior ou igual a dois meses.

- O setor do Alojamento e restauração é o mais afetado, com 37% das empresas a conseguir subsistir apenas por um período inferior ou igual a dois meses. Somente 26% das empresas deste setor conseguiria subsistir por um período superior a seis meses. Em contraste, no setor da Construção e atividades imobiliárias, 79% das empresas estimam conseguir permanecer em atividade por um período superior a seis meses na ausência de medidas adicionais de apoio.

Figura 8. **Tempo estimado que as empresas conseguirão permanecer em atividade na ausência de medidas adicionais de apoio à liquidez, em % do total de empresas em funcionamento ou temporariamente encerradas**



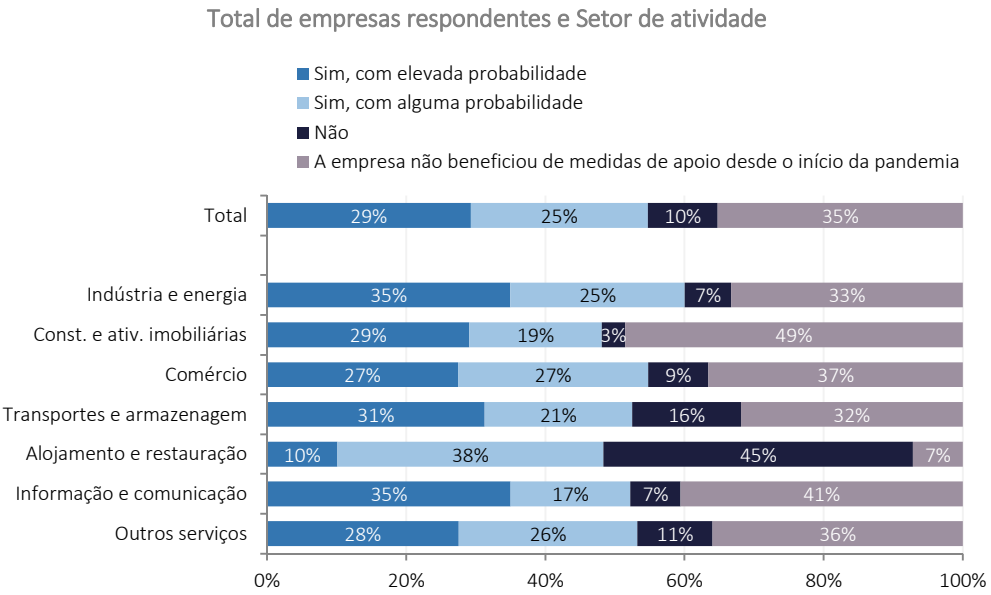
Fonte: INE e BdP, COVID-IREE

Probabilidade de as empresas ainda se encontrarem em atividade na ausência de medidas adicionais de apoio desde o início da pandemia

10% das empresas não se encontrariam em funcionamento na ausência de medidas de apoio desde o início da pandemia e 25% das empresas ter-se-iam mantido em atividade apenas com alguma probabilidade

- 29% das empresas beneficiaram das medidas de apoio e referiram que, num cenário de ausência de medidas desde o início da pandemia, encontrar-se-iam em atividade com elevada probabilidade, enquanto 25% das empresas ainda se encontrariam em atividade apenas com alguma probabilidade. Por outro lado, 10% das empresas beneficiaram das medidas e não se encontrariam em funcionamento num cenário de ausência de medidas de apoio. 35% das empresas referiram não ter beneficiado de medidas de apoio desde o início da pandemia.
- A percentagem de empresas que consideram ser muito provável ainda estarem em atividade num cenário de ausência de medidas de apoio aumenta com a dimensão: 19% nas micro empresas e 35% nas grandes. Refira-se que 40% das micro empresas e 36% das grandes empresas não beneficiaram de medidas de apoio desde o início da pandemia.
- O Alojamento e restauração tem a maior percentagem de empresas que não se encontrariam em atividade num cenário de ausência de medidas de apoio desde o início da pandemia (45%). A Construção e atividades imobiliárias é o setor com a maior percentagem de empresas que não beneficiaram de medidas de apoio desde o início da pandemia (49%).

Figura 9. **Probabilidade de as empresas ainda se encontrarem em atividade num cenário de ausência de medidas adicionais de apoio desde o início da pandemia, em % do total de empresas em funcionamento ou temporariamente encerradas**



Fonte: INE e BdP, COVID-IREE

II. ANÁLISE DA SITUAÇÃO LABORAL DAS EMPRESAS

Impacto da pandemia COVID-19 no pessoal ao serviço efetivamente a trabalhar na primeira quinzena de fevereiro de 2021, face ao mesmo período do ano anterior, antes dos efeitos da pandemia

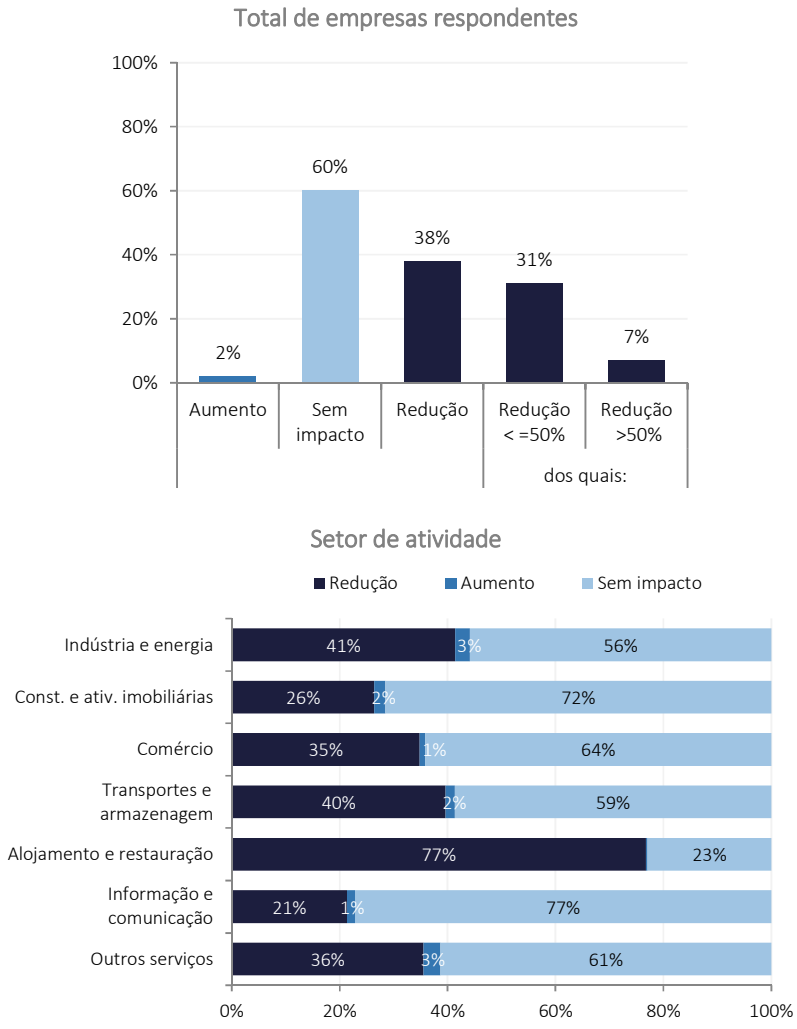
Em 60% das empresas o pessoal ao serviço efetivamente a trabalhar não se alterou na 1ª quinzena de fevereiro de 2021, face à situação no mesmo período do ano anterior, antes dos efeitos da pandemia

- 60% das empresas não registaram qualquer impacto da pandemia no pessoal ao serviço efetivamente a trabalhar na primeira quinzena de fevereiro de 2021, face ao mesmo período do ano anterior. Estas empresas correspondem a 43% do total do pessoal ao serviço das empresas respondentes.
- 38% das empresas (representando 55% do pessoal ao serviço das empresas respondentes) referiram uma redução no pessoal efetivamente a trabalhar na primeira quinzena de fevereiro. Esta percentagem

compara com 60% durante o primeiro confinamento, na primeira quinzena de abril de 2020. A redução do pessoal foi superior a 50% apenas para 7% das empresas.

- A percentagem de empresas que referem uma redução no pessoal ao serviço na primeira quinzena de fevereiro aumenta com a dimensão da empresa: 31% nas micro empresas e 47% nas grandes empresas.
- Por setor, as empresas do Alojamento e restauração continuam a sobressair, com 77% a referirem uma redução do pessoal ao serviço, sendo essa redução superior a 75% em 25% das empresas deste setor.

Figura 10. **Impacto da pandemia COVID-19 no pessoal ao serviço efetivamente a trabalhar na 1ª quinzena de fevereiro de 2021 face ao mesmo período do ano anterior, antes dos efeitos da pandemia, em % do total de empresas em funcionamento ou temporariamente encerradas**



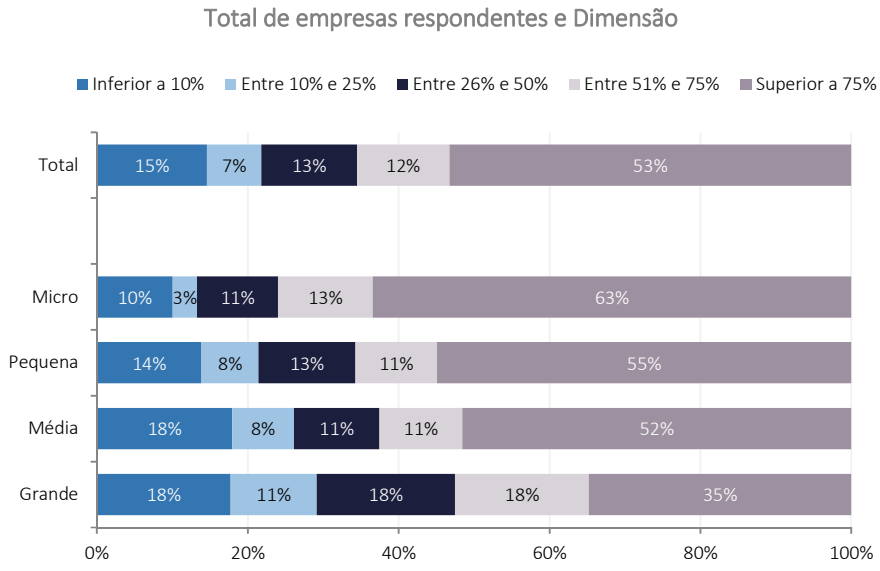
Fonte: INE e BdP, COVID-IREE

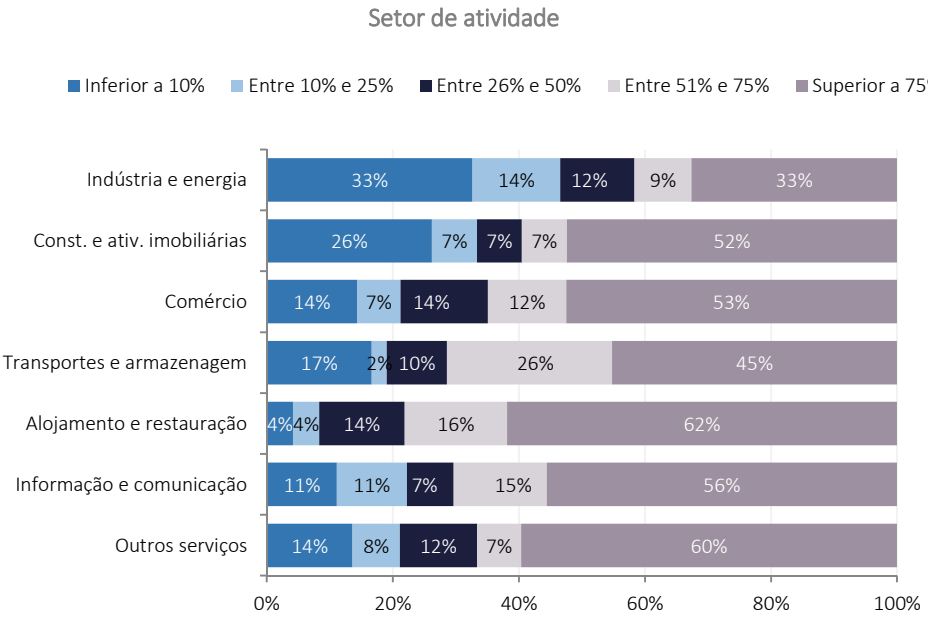
Trabalhadores em regime de *layoff*/apoio à retoma progressiva na primeira quinzena de fevereiro de 2021

A maioria das empresas que beneficiam atualmente das medidas de *layoff* ou de apoio à retoma progressiva tinham mais de 75% dos trabalhadores nestes regimes na 1ª quinzena de fevereiro de 2021

- 53% das empresas que beneficiam atualmente das medidas de *layoff* ou apoio à retoma progressiva (15% e 13% do total de empresas respondentes, respetivamente) tinham mais de 75% dos trabalhadores nestas condições, na 1ª quinzena de fevereiro de 2021.
- A proporção de empresas com mais de 75% dos trabalhadores em regime de *layoff*/apoio à retoma progressiva reduz-se quando a dimensão da empresa aumenta: 63% nas micro empresas e 35% nas grandes empresas.
- Por setor, a percentagem de empresas em regime de *layoff*/apoio à retoma progressiva com mais de 75% dos trabalhadores abrangidos é mais elevada nos setores do Alojamento e restauração (62%) e dos Outros serviços (60%).

Figura 11. **Trabalhadores em regime de *layoff*/apoio à retoma progressiva, na primeira quinzena de fevereiro de 2021, em % do total de empresas em funcionamento ou temporariamente encerradas que beneficiam atualmente das medidas de *layoff* ou apoio à retoma progressiva**





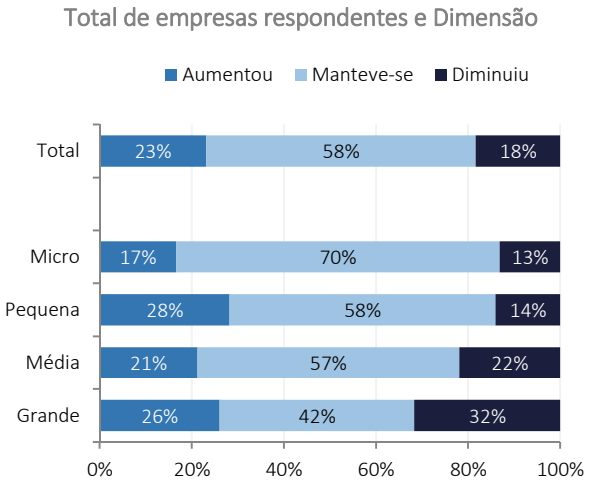
Fonte: INE e BdP, COVID-IREE

Evolução dos trabalhadores em regime de *layoff*/apoio à retoma progressiva na primeira quinzena de fevereiro de 2021, em comparação com o nível registado durante o primeiro confinamento (primeira quinzena de abril de 2020)

Na 1ª quinzena de fevereiro de 2021, 58% das empresas atualmente em *layoff*/apoio à retoma progressiva tinham o mesmo número de trabalhadores nestes regimes do que no primeiro confinamento

- Das empresas que beneficiaram do *layoff*/apoio à retoma progressiva na 1ª quinzena de fevereiro de 2021, 58% registaram um número de trabalhadores nestes regimes igual ao registado durante o primeiro confinamento (1ª quinzena de abril de 2020).
- Das restantes, 23% aumentaram o número de trabalhadores nestes regimes face ao primeiro confinamento e 18% das empresas reduziram o número de trabalhadores nesta situação.

Figura 12. Evolução dos trabalhadores em regime de *layoff*/apoio à retoma progressiva na 1ª quinzena de fevereiro de 2021, face ao primeiro confinamento (1ª quinzena de abril de 2020), em % do total de empresas em funcionamento ou temporariamente encerradas que beneficiam atualmente destas medidas



Fonte: INE e BdP, COVID-IREE

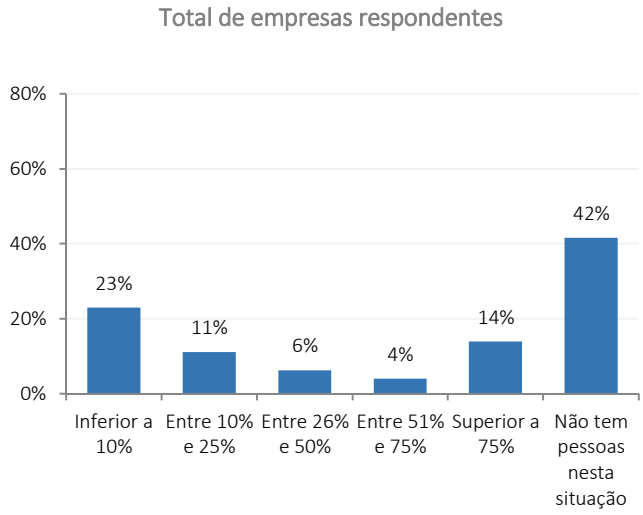
Teletrabalho na primeira quinzena de fevereiro de 2021

58% das empresas tinham pessoas em teletrabalho[2] na 1ª quinzena de fevereiro de 2021

- 58% das empresas respondentes tinham pessoas em teletrabalho na primeira quinzena de fevereiro, sendo que 14% das empresas tinham mais de 75% do pessoal ao serviço efetivamente a trabalhar nesse regime.
- Por setor, a percentagem de empresas que referiram ter pessoas em teletrabalho foi mais elevada na Informação e comunicação (86%) e mais reduzida no Alojamento e restauração (38%).

2 Recorde-se que este inquérito não abrange empresas do setor financeiro nem as organizações da Administração Pública.

Figura 13. Quantificação do pessoal ao serviço efetivamente a trabalhar em teletrabalho na 1ª quinzena de fevereiro de 2021, em % do total de empresas em funcionamento ou temporariamente encerradas



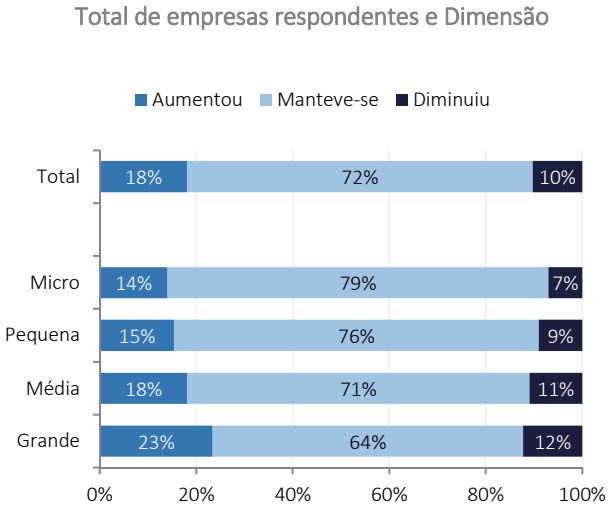
Fonte: INE e BdP, COVID-IREE

Evolução do pessoal em teletrabalho na primeira quinzena de fevereiro de 2021, em comparação com o nível registado durante o primeiro confinamento (primeira quinzena de abril de 2020)

Em 89% das empresas com trabalhadores em teletrabalho, o número de trabalhadores abrangidos na 1ª quinzena de fevereiro de 2021 manteve-se ou aumentou face ao registado durante o primeiro confinamento

- Das empresas com pessoal em teletrabalho na 1ª quinzena de fevereiro de 2021, 72% reportaram um número de trabalhadores neste regime igual ao registado durante o primeiro confinamento (1ª quinzena de abril de 2020). 17% das empresas referiram ter um número superior de trabalhadores em teletrabalho.

Figura 14. Evolução do pessoal ao serviço efetivamente a trabalhar em teletrabalho na 1ª quinzena de fevereiro de 2021, face ao registado durante o primeiro confinamento (1ª quinzena de abril de 2020), em % do total de empresas em funcionamento ou temporariamente encerradas com pessoas em teletrabalho



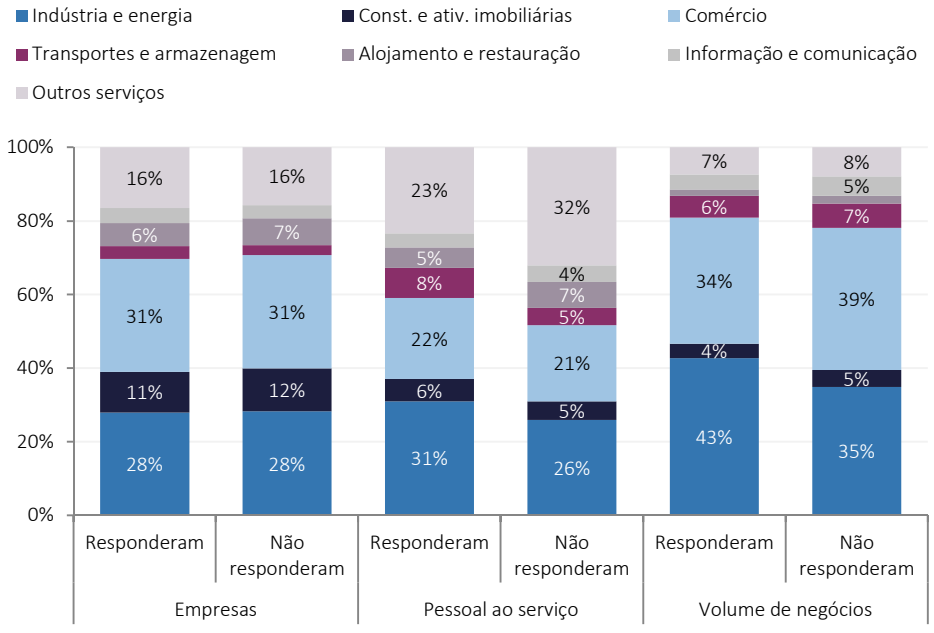
Fonte: INE e BdP, COVID-IREE

NOTA METODOLÓGICA

Os dados estatísticos divulgados nesta nota informativa correspondem aos recolhidos pelo Inquérito Rápido e Excecional às Empresas – COVID-19 (COVID-IREE), no período de 12 a 21 de fevereiro de 2021, com referência à primeira quinzena de fevereiro de 2021. O inquérito foi dirigido a um conjunto alargado de empresas de micro, pequena, média e grande dimensão representativas dos diversos setores de atividade económica, sendo a amostra de 8 777 empresas. Foram obtidas 5 511 respostas válidas, o que representa uma taxa de resposta global de 62,8%. As empresas respondentes representam 60,0% do pessoal ao serviço e 67,2% do volume de negócios da amostra.

No gráfico seguinte apresenta-se a distribuição entre respostas e não respostas, do número de empresas, do pessoal ao serviço e do volume de negócios, em % do total de empresas da amostra, por setores de atividade económica:

Figura 15. **Estrutura do número de empresas, pessoal ao serviço e volume de negócios, em % do total de empresas que responderam e não responderam, por setor de atividade**



Fonte: INE e BdP, COVID-IREE

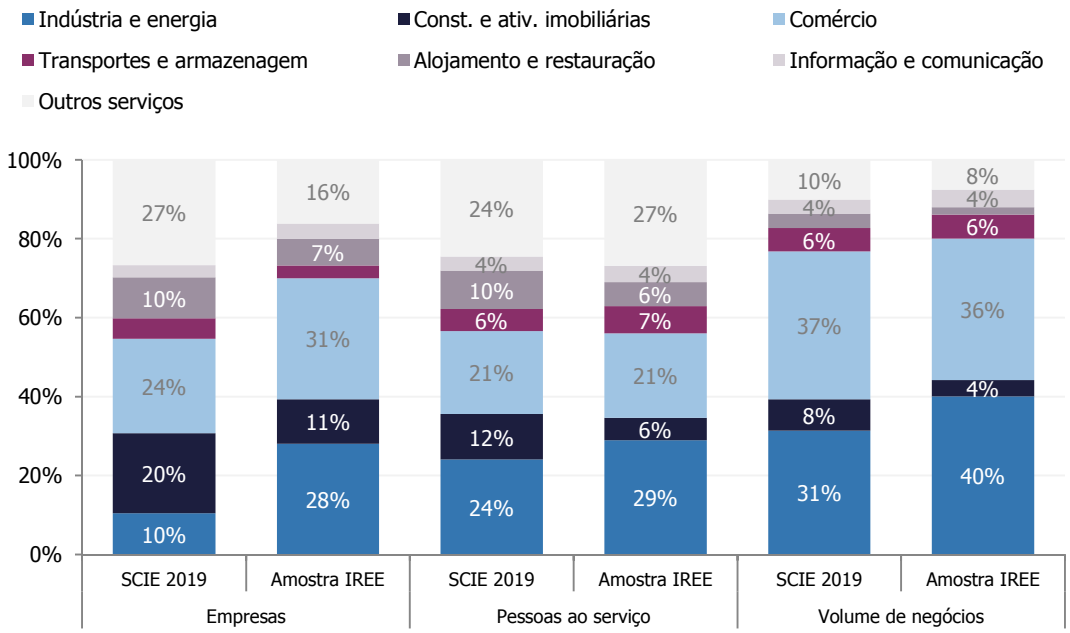
Aplicando um simples modelo Probit para avaliar a probabilidade de resposta ao inquérito, observou-se uma menor probabilidade de resposta das micro e pequenas empresas, sendo de acautelar na análise o possível enviesamento daí decorrente. Não se detetou contudo evidência de enviesamento associado ao setor de atividade da empresa.

Os resultados deste inquérito são sempre indicados como respeitantes às empresas respondentes em cada período de inquirição, não se procedendo a qualquer extrapolação dos resultados para o universo de empresas. Ver documentação metodológica associada ao novo Inquérito Rápido e Excecional às Empresas (COVID-IREE) disponível em:

http://smi.ine.pt/DocumentacaoMetodologica/Detalhes/1593

A amostra deste inquérito corresponde basicamente à integração das amostras subjacentes aos inquéritos mensais ao volume de negócios da indústria, construção, comércio e serviços, acrescida de cerca de três centenas de empresas, visando completar os setores de atividade representados. A informação de contexto desta amostra tem como referência o Sistema e Contas Integradas das Empresas (SCIE 2019). Na figura seguinte apresentam-se, por setor de atividade, as estruturas do número de empresas, do pessoal ao serviço e do volume de negócios na amostra do COVID-IREE e no universo de empresas – SCIE 2019.

Figura 16. **Estrutura do número de empresas, pessoal ao serviço e volume de negócios, do universo das empresas (SCIE 2019) e da amostra do Inquérito Rápido e Excecional às Empresas**



Fonte: INE, SCIE e COVID-IREE

Este inquérito começou por ter frequência semanal de modo a obter informação de carácter urgente sobre as consequências da atual pandemia (COVID-19) na atividade empresarial, tendo passado para uma frequência quinzenal após a cessação do estado de emergência em 2020, mas em que se manteve um conjunto de limitações à atividade económica. Atendendo à evolução das restrições à atividade económica decorrentes da pandemia COVID-19, o questionário esteve suspenso entre agosto e outubro de 2020, tendo sido realizada uma edição pontual em novembro de 2020. Face ao surgimento da terceira vaga da pandemia e o consequente recolhimento obrigatório imposto a 15 de janeiro de 2021, o INE e o BdP decidiram realizar uma nova edição do inquérito, com um conjunto reformulado de questões, visando reavaliar a situação das empresas. Nesta divulgação de resultados foram considerados:

A) 4 grupos de dimensão da empresa: Micro empresa (número de pessoas ao serviço < 10 e volume de negócios ≤ 2 milhões de euros); Pequena empresa (número de pessoas ao serviço < 50, volume de negócios ≤ 10 milhões de euros e não classificada como micro empresa); Média empresa (número de pessoas ao serviço < 250, volume de negócios ≤ 50 milhões de euros e não classificada como micro ou pequena empresa); e Grande empresa (número de pessoas ao serviço ≥ 250 ou volume de negócios > 50 milhões de euros);

B) 7 grupos de atividade económica: Indústria e energia (secções B a E da CAE Rev.3), Construção e imobiliárias (secções F e L da CAE Rev.3), Comércio (secção G da CAE Rev.3), Transportes e armazenagem (secção H da CAE Rev.3), Alojamento e restauração (secção I da CAE Rev.3), Informação e comunicação (secção J da CAE Rev.3), e Outros serviços (secções M a S da CAE Rev.3, exceto secção O). Esta classificação tem como referência a nomenclatura A10 do Sistema Europeu de Contas (SEC2010).

SIGLAS E DESIGNAÇÕES

%	Percentagem
BdP	Banco de Portugal
CAE-Rev.3	Classificação Portuguesa de Atividades Económicas, Revisão 3
COVID-19	Novo coronavírus
COVID-IREE	Inquérito Rápido e Excecional às Empresas – COVID-19
INE	Instituto Nacional de Estatística
PME	Micro, pequenas e médias empresas
VVN	Volume de negócios

INFORMAÇÃO AOS UTILIZADORES

Por uma questão de simplificação, ao longo deste destaque foram excluídas da representação gráfica as opções de resposta "Não sabe/Não responde" e "Não aplicável". Pontualmente, estas opções foram consideradas. A informação integral poderá ser consultada nos quadros anexos a este destaque.

Por questões relacionadas com o arredondamento dos valores, os totalizadores, em valor ou percentagem, podem não corresponder exatamente à soma das suas parcelas.